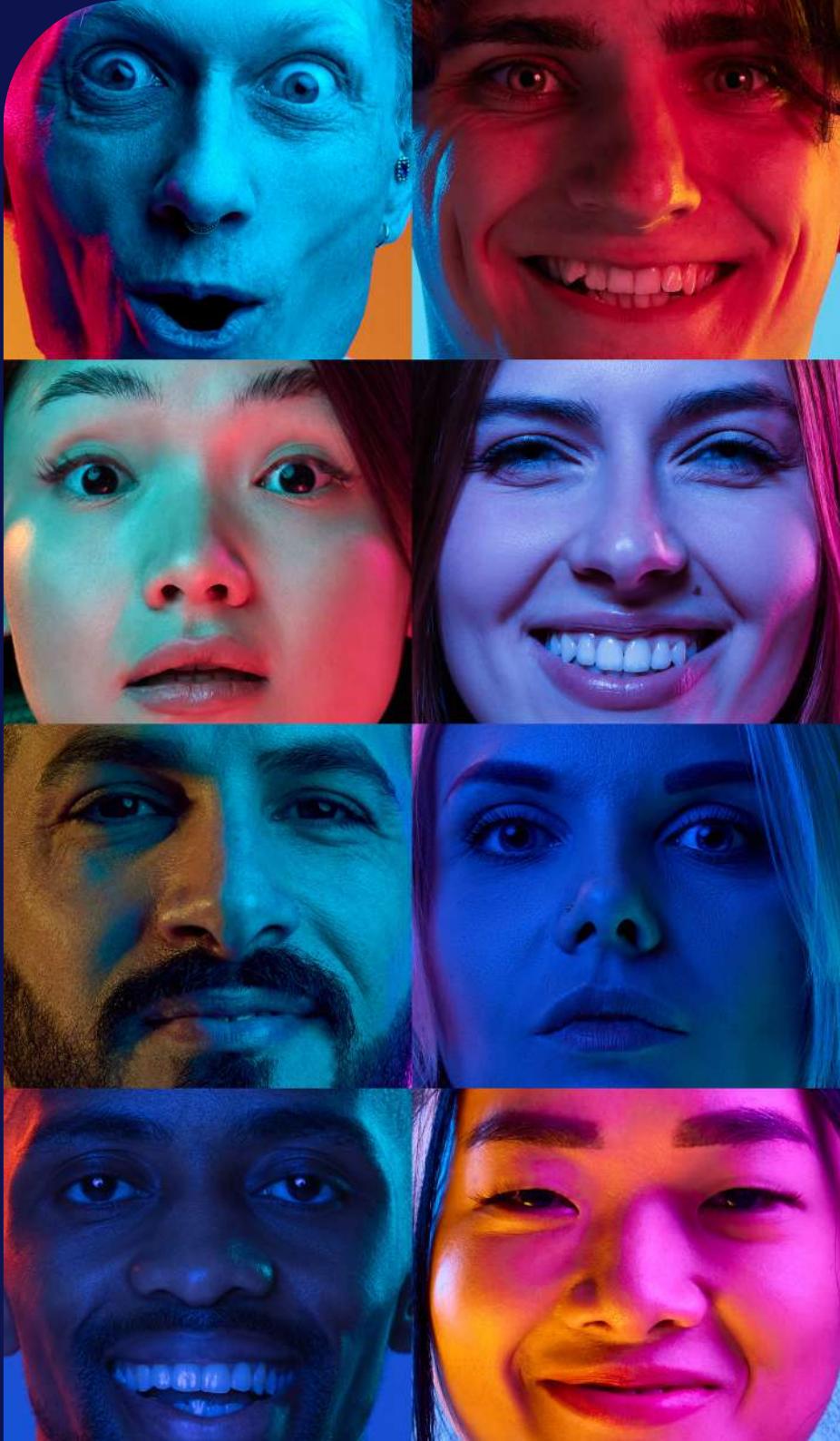


Pós-Graduação em Direito Ambiental e Urbanístico





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito Ambiental e Urbanístico	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	10
FAQ do curso	14
Diferenciais tecnológicos	15
Ingresso	16

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um **estudo com mais agilidade, foco e rendimento.**

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com **professores renomados** que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de **recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas**, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, **recomendada por mais de 2 milhões de alunos.**

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Fernando Maciel
Coordenador

Procurador Federal em Brasília, Chefe da Divisão de Gerenciamento da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social – CONJUR-MPS, Ex-Coordenador-Geral de Assuntos Previdenciários da CONJUR-MPS, Ex-Vice-Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS, Ex-Coordenador-Geral da Matéria de Benefícios da Procuradoria Federal Especializada da INSS – PFE-INSS, Medalha do Mérito Previdenciário no Centenário da Previdência Social no Brasil (2023), Mestre em Direito das Relações Sociais pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Master em Prevenção de Riscos Laborais pela Universidade de Alcalá de Henares (Madrid/Espanha), Especialista em Direito de Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Professor de Direito Previdenciário e Coordenador da Pós em Direito e Processo Previdenciário do GRAN Faculdade, autor de obras jurídicas, dentre elas o Manual de Direito Previdenciário e o Direito Previdenciário para a OAB, ambas pela Editora Rideel.

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO



O direito ambiental tem ganhado grande relevância nas últimas décadas. Novas leis foram criadas, exigindo-se daquele que atua na referida área o conhecimento aprofundado acerca das questões jurídicas relacionadas à questão ambiental.

Assim, o curso de pós-graduação se revela imprescindível para quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades aplicadas à atuação na área ambiental, com raciocínio jurídico destinado à interpretação e aplicação do direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade de atuação no campo jurídico e, também, em atividades práticas relacionadas ao direito ambiental.

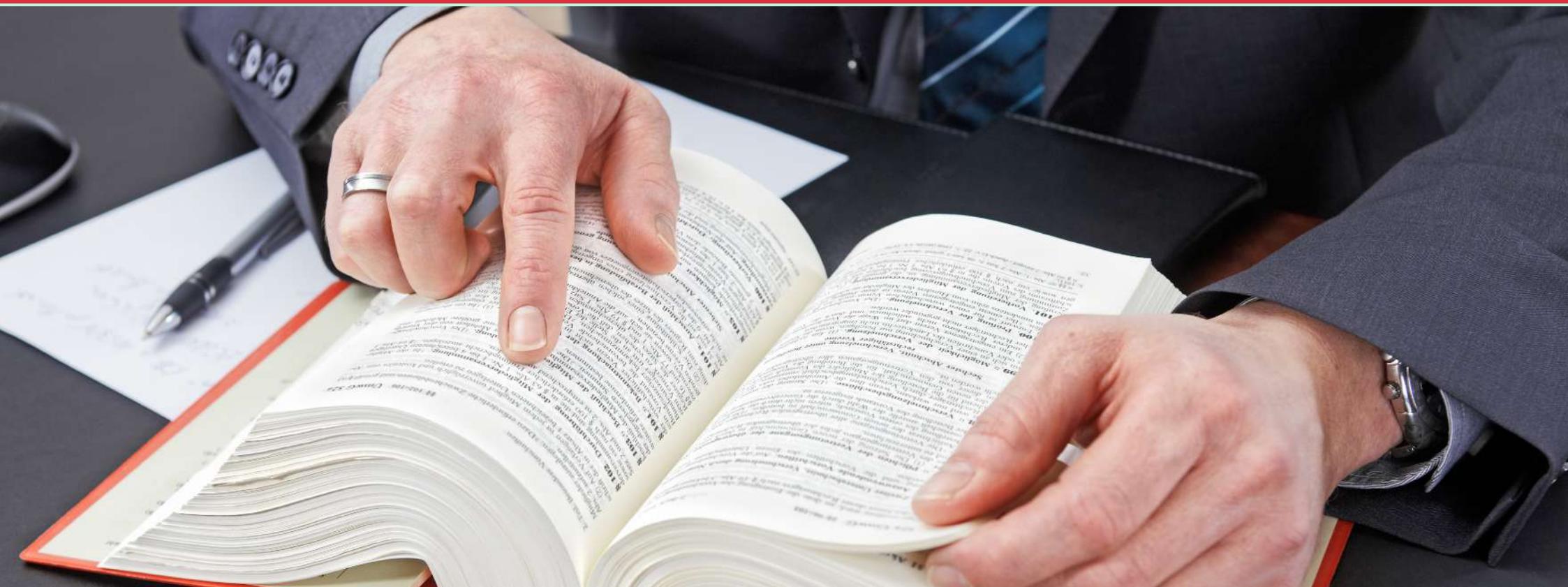
DESTAQUES DO CURSO

Aprofundamento das questões teórico-práticas do Direito Ambiental, preparando o profissional para enfrentar, de forma diferenciada, todas as espécies de demandas ambientais e seus desdobramentos;

Ampliação do conhecimento dos alunos acerca do meio ambiente, direito e economia, tendo como base o princípio do desenvolvimento sustentável;

Aumento do conhecimento científico multi e interdisciplinar, pautado na integração entre ciências naturais e sociais;

Melhor compreensão das consequências das ações humanas em relação ao meio ambiente, bem como dos impactos ambientais decorrentes das ações praticadas sem a observância das normas que regulam a proteção ambiental em nosso País.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, servidores públicos em geral, técnicos ambientais, fiscais ambientais e outros profissionais cuja área de atuação exija conhecimentos na área do direito ambiental.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Ambiental e Urbanístico tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É oferecido na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Teoria Geral do Direito Ambiental	23h
02	Direito Constitucional	68h
03	Tópicos de Direito Administrativo	7h
04	Teoria Geral do Processo Coletivo I	20h
05	Teoria Geral do Processo Coletivo II	30h
06	Direito Constitucional à Saúde	10h
07	Responsabilidade Civil e Administrativa Ambiental	14h
08	Proteção do Meio Ambiente Urbano e Cultural: Aspectos Urbanísticos	10h
09	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	15h
10	Comunicação e Oratória	10h
11	Direito Ambiental Econômico, Tributário e Empresarial	30h
12	Direito Ambiental Internacional	10h
13	Direito Ambiental Administrativo Urbanístico	15h
14	Licenciamento Ambiental: Procedimento e Aspectos Práticos	15h
15	Recursos Ambientais em Espécie: Uso e Proteção	25h
16	Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Econômico	10h
17	Negociação e Mediação	10h
18	Tribunais Superiores e Jurisprudência na Área Ambiental	10h

19	Impacto Ambiental e Perícia na Área Ambiental	10h
20	Gestão Ambiental: Sustentabilidade, Indicadores de Qualidade e Controle Ambiental	10h
21	Direito Penal Ambiental	8h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 horas
TOTAL DO CURSO		400 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL	Direito ambiental e direitos humanos. Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano. Jurisprudência na área ambiental.
DIREITO CONSTITUCIONAL	Constituição Federal de 1988. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado e Organização dos Poderes. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.
TÓPICOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	Processo constitucional: constituição e processo. Teoria geral do processo constitucional. Princípios constitucionais no Estado democrático de direito. Normas fundamentais processuais. Conceitos. Principiologia do direito processual constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística recursal constitucional: recursos ordinário, especial e extraordinário. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisdicionais. A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisdicionais.
TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO I	Processo constitucional: constituição e processo. Teoria geral do processo constitucional. Princípios constitucionais no Estado democrático de direito. Normas fundamentais processuais. Conceitos. Principiologia do direito processual constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística recursal constitucional: recursos ordinário, especial e extraordinário. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisdicionais. A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisdicionais.

TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO II	Processo constitucional: constituição e processo. Teoria geral do processo constitucional. Princípios constitucionais no estado democrático de direito. Normas fundamentais processuais. Conceitos. Principiologia do direito processual constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística recursal constitucional: recursos ordinário, especial e extraordinário perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisdicionais. A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisdicionais.
DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE	Direitos sociais e direito à saúde. Políticas públicas de saúde e o Estado de bem-estar social no Brasil. Sistema único de saúde. O direito à saúde na Constituição de 1988. Direito à saúde e responsabilidade do Estado. A judicialização da saúde.
RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	Teoria geral da responsabilidade civil: elementos, pressupostos e excludentes. Conceito de culpa e dolo civis. Responsabilidade subjetiva (aquiliana) e responsabilidade objetiva (pelo risco). Dano indenizável. Responsabilidade por danos materiais e morais. Responsabilidade civil na área ambiental. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Ação de regresso. Jurisprudência sobre o tema.
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E CULTURAL: ASPECTOS URBANÍSTICOS	A revolução industrial e a urbanização. A urbanização no Brasil. O direito urbanístico: formação e desenvolvimento. O meio ambiente urbano. Desenvolvimento sustentável e vida urbana. Qualidade de vida. Ordenamento constitucional da política urbana. Estatuto das cidades e as novas perspectivas do direito urbanístico.
TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	Definição de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. Estudo no direito comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do direito processual coletivo brasileiro. A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do código de defesa do consumidor aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no código de processo civil brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos.

COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA	Videoconferência. Concentração. Comunicação. Público. Roteiro. Tempo. Indumentária. Postura corporal. Voz (volume/ritmo/velocidade). Memoriais. Dinâmicas.
DIREITO AMBIENTAL ECONÔMICO, TRIBUTÁRIO E EMPRESARIAL	Instrumentos políticos de proteção ambiental. Instrumentos jurídicos de proteção ambiental. Instrumentos tributários de proteção ambiental. Desenvolvimento econômico e proteção ambiental: o desenvolvimento sustentável.
DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL	Princípios gerais de direito internacional público. Solução de controvérsias ambientais, temas atuais. Propriedade intelectual, biotecnologia e biossegurança, biodiversidade. Propriedade industrial, procedimentos para obtenção de patente.
DIREITO AMBIENTAL ADMINISTRATIVO URBANÍSTICO	Sanções administrativas decorrentes do poder de polícia. Limites do poder de polícia ambiental. Competência administrativa e poder de polícia ambiental. Delegação do poder de polícia.
LICENCIAMENTO AMBIENTAL: PROCEDIMENTO E ASPECTOS PRÁTICOS	Legislação básica aplicada ao licenciamento ambiental, nos âmbitos federal e estadual. Licenciamento ambiental como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente. Estruturação do licenciamento ambiental no Brasil. Principais tipologias de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental. Pré-requisitos mínimos e principais condicionantes relacionados ao licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores do meio ambiente. Análise da resolução Conama n. 237/1997.
RECURSOS AMBIENTAIS EM ESPÉCIE: USO E PROTEÇÃO	Regime de proteção da flora brasileira. Conservação do solo e a proteção de recursos naturais. Recursos hídricos: Lei n. 9.433/1997. Poluição. Legislação florestal. Código de mineração. Mineração em áreas de proteção ambiental especial.
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Atuações preventivas e repressivas da administração pública em matéria ambiental. Princípios de Direito Ambiental. A tutela constitucional do meio ambiente. O Sistema nacional do meio ambiente – o Estado e a proteção ambiental. Características e aspectos jurídicos do desenvolvimento sustentável.
NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO	Métodos alternativos de solução dos conflitos. Negociação e conciliação. Técnica. Mediação. Mediador. Arbitragem. Princípio da autonomia da vontade e princípio da indisponibilidade do interesse público. Convenção de arbitragem. Cláusula compromissória. Compromisso arbitral. Árbitro. Processo arbitral. Sentença arbitral.
TRIBUNAIS SUPERIORES E JURISPRUDÊNCIA NA ÁREA AMBIENTAL	Análise do sistema jurídico brasileiro. Estudo dos principais julgados e casos mais emblemáticos na área ambiental e urbanística.

IMPACTO AMBIENTAL E PERÍCIA NA ÁREA AMBIENTAL	Impactos ambientais e prova pericial. Conceito de perícia técnica. Cálculo do dano ambiental e relatórios. Perícia: aspectos práticos e teóricos. Perícia e direito processual.
GESTÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE, INDICADORES DE QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAL	Aspectos econômicos da gestão ambiental. Técnicas de gerenciamento. Desenvolvimento sustentável. Novas tecnologias e novos modelos de gestão. Recuperação de áreas degradadas. Técnicas de reflorestamento. Métodos para a exploração sustentável de recursos naturais.
DIREITO PENAL AMBIENTAL	Teoria da norma e do delito ambiental penal. Tipo penal ambiental. Inovações da Lei n. 9.605/1998. Responsabilidade penal na área ambiental. Responsabilidade das pessoas jurídicas. Penas aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas. Instrumentos processuais penais. Competência do Ministério Públíco nos crimes ambientais. Crimes ambientais em espécie. Jurisprudência sobre o tema.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Urbanístico é EaD?

Sim. Nossa curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Urbanístico é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Urbanístico é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos 
passos de muitos
futuros 

G